

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.uff.br/econ>

esc@vm.uff.br

Sobre as utilidades do Cadastro Único

Ricardo Paes de Barros
Mirela de Carvalho
Rosane Mendonça

TD 244
Set/2008

Resumo

O objetivo do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas de todas as famílias brasileiras com renda per capita inferior a R\$120,00 (cento e vinte reais). Embora a utilização do CadÚnico continue centrada na seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família, existe um amplo leque de utilizações que, ou já vem sendo incipientemente adotadas, ou que poderiam vir a ser empregadas no futuro. Três características do CadÚnico definem suas possibilidades de utilização. Em primeiro lugar, sua abrangência é quase censitária, cobrindo a quase totalidade da população mais pobre do país. Em segundo lugar, devido a sua natureza cadastral, o CadÚnico inclui o nome e o endereço dessa população pobre. Por fim, embora a seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família utilize apenas as informações de renda, o CadÚnico contém uma ampla variedade de informações sobre as condições de vida destas famílias que podem ser utilizadas para a elaboração de diagnósticos e definição da política social do país. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar que essa variedade de informações disponíveis sobre as famílias e a possibilidade de identificá-las leva a que este cadastro tenha inúmeras utilidades. Mais especificamente, buscamos demonstrar como essas informações podem ser utilizados na elaboração de diagnósticos sobre as condições de vida das famílias, municípios, estados e até mesmo do país como um todo.

Palavras chaves: Cadastro Único; Bolsa Família; política social; diagnóstico das condições de vida da população pobre.

Abstract

The goal of the Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) is the registration and maintenance of updated information of all Brazilian families with per capita income less than R\$ 120.00 (one hundred and twenty Reais). Although the use of CadÚnico continues focusing on the selection of beneficiaries of the Bolsa Família, there is a wide range of uses that incipiently or already has been adopted, or that could be employed in the future. Three features of CadÚnico define their scope of use. First, its scope is almost a census, covering almost the entire poorest population of the Country. Secondly, because of its nature, the CadÚnico includes the name and address of the poor population. Finally, although the selection of beneficiaries of the Bolsa Família program use only the information of income, the CadÚnico contains a wide variety of information about the living conditions of these families that can be used for a diagnosis and shaping of the Country social policy. The objective of this work is to demonstrate that the variety of information available on families and the possibility to identify these families, leads to that CadÚnico had many uses. More specifically, we demonstrate how this information can be used in the preparation of diagnoses on the living conditions of families, municipalities, states and even the Country as a whole.

Key words: Cadastro Único; Bolsa Família; social policy; diagnosis of living conditions of the poor.

Classificação JEL: I38.

Sobre as utilidades do Cadastro Único*

1. Introdução

1.1. Motivação

Criado em julho de 2001, o objetivo do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias brasileiras com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo ou renda familiar total até 3 salários mínimos em todos os municípios brasileiros¹. A sua utilização pelas três esferas do Governo ajuda a identificar potenciais beneficiários² para os programas sociais, proporciona melhor focalização, e evita a sobreposição de programas para uma mesma família³.

Os municípios são os responsáveis pela realização do cadastramento. São as prefeituras que o planejam, definem as equipes de cadastradores, realizam as entrevistas junto às famílias, compilam todas as informações e as remetem para o Governo Federal. Além disso, cabe também ao município manter o registro das famílias atualizado, monitorar e informar a inclusão ou exclusão de cadastrados e zelar pela fidedignidade e qualidade das informações fornecidas.

O CadÚnico conta atualmente com informações sobre cerca de 16 milhões de famílias brasileiras, das quais cerca 15 milhões têm renda mensal cadastrada inferior a R\$120,00 por pessoa⁴, o que as qualifica como pobres e, portanto, aptas a serem selecionadas como beneficiárias do Programa Bolsa Família⁵.

¹ Com base nas informações inseridas no CadÚnico, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa Bolsa Família a cada mês, sendo o critério principal a sua renda *per capita*. São incluídas primeiramente as famílias com menor renda *per capita* (www.mds.gov.br/bolsafamilia).

² O CadÚnico vem crescentemente sendo utilizado pelo governo federal para selecionar beneficiários de outros programas sociais distintos do Bolsa Família, como por exemplo, o Programa Brasil Alfabetizado. Os estados e municípios também vêm adotando o cadastro para selecionar beneficiários e monitorar a evolução de suas condições de vida. O Acre e o Espírito Santo são exemplos de estados que estão trabalhando para utilizar o CadÚnico para a selecionar beneficiários de seus principais programas de combate à pobreza. Já em termos de monitoramento e atendimento às famílias pobres, são pioneiros, o Estado do Acre uma vez mais e o município de Nova Lima em Minas Gerais.

³ O CadÚnico, de fato, tem sido fundamental para integrar e harmonizar os programas de transferência de renda federais com os programas estaduais e municipais.

⁴ <http://www.mds.gov.br/adesão/mib/matrizsrch.asp> (atualização em 30/04/2008).

⁵ “A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários e aposentadorias). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda *per capita* da família. Se a família se encaixa numa das faixas de renda definidas pelo Programa, deve procurar o setor responsável pelo Programa Bolsa Família no município, munido de documentos pessoais (título de eleitor ou CPF), para se cadastrar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)” (www.mds.gov.br/bolsafamilia).

Embora a utilização do CadÚnico continue centrada na seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família, existe um amplo leque de utilizações que, ou já vem sendo incipientemente adotadas, ou que poderiam vir a ser empregadas no futuro.

Três características do CadÚnico definem suas possibilidades de utilização. Em primeiro lugar, sua abrangência é quase censitária, cobrindo a quase totalidade da população mais pobre do país. De fato, o conjunto de informações do CadÚnico representa praticamente um censo da população mais pobre do país, uma vez que segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006 existiam cerca de 9,6 milhões de famílias com renda *per capita* abaixo R\$120,00.

Em segundo lugar, devido a sua natureza *cadastral*, o CadÚnico inclui o nome e o endereço dessa população pobre.

Por fim, embora a seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família utilize apenas as informações de renda, conforme veremos na Seção 3 deste estudo, o CadÚnico contém uma ampla variedade de informações sobre as condições de vida destas famílias que podem ser organizadas em seis dimensões: *a)* vulnerabilidade (composição demográfica das famílias, inclusive com a indicação da presença de mulheres grávidas e amamentando (nutrizes), e também sobre a presença de pessoas com necessidades especiais; *b)* acesso a conhecimento; *c)* acesso ao trabalho; *d)* disponibilidade de recursos (renda e despesa familiar *per capita* e despesas com alimentação); *e)* desenvolvimento infantil; e, *f)* condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos como água, saneamento e energia elétrica).

1.2. Objetivo

Em função do seu elevado grau de cobertura da população pobre do país, pela ampla variedade de informações sobre as suas condições de vida, e por contar com nome e endereço desta população, o CadÚnico figura certamente entre as mais importantes fontes de informação sobre a população pobre. As informações sobre renda podem ser utilizadas de variadas formas, além de se servir diretamente para a seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar que essa variedade de informações disponíveis sobre as famílias e a possibilidade de identificá-las, leva a que este cadastro tenha inúmeras utilidades para a elaboração de diagnósticos das condições sociais e para a definição e operacionalização da política social do país.

1.3. Estrutura do trabalho

Este documento encontra-se organizado em cinco seções, além desta introdução. Na Seção 2 mapeamos as principais possibilidades de uso do CadÚnico em função da ampla variedade de informações sobre as condições de vida das famílias pobres no país.

Na Seção 3 reconhecemos que uma utilização deste cadastro poderia ser grandemente facilitada se suas informações pudessem ser organizadas num conjunto de indicadores que caracterizassem as condições de vida das famílias. Assim, nesta seção, apresentamos um conjunto de indicadores que podem ser criados com base nas informações do cadastro e uma proposta para a agregação destes indicadores em um único índice, o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF).

Dentre as várias utilidades do CadÚnico, talvez a menos investigada seja a sua função “diagnóstica”. Embora a grande maioria das famílias cadastradas seja pobre, a pobreza de cada família tem características próprias. Uma família é pobre porque o nível educacional dos adultos é baixo, outras porque o chefe está desempregado, e outras por terem uma alta razão de dependência ou a presença de pessoas com necessidades especiais. Assim, na Seção 4 mostramos como, com base nas informações do CadÚnico, é possível identificar as carências de cada família e, portanto, caracterizar a natureza de sua pobreza. Mais que isso, demonstramos como é possível, a um nível mais agregado, traçar o perfil da pobreza e realizar diagnósticos buscando identificar as principais carências de cada comunidade (município), estado ou do país como um todo. Evidentemente, a viabilidade desta função do CadÚnico depende da disponibilidade de instrumentos que facilitem o uso destas informações. Assim, nesta seção introduzimos alguns instrumentos úteis para esta função diagnóstica que permitem a realização de diagnósticos nos três níveis considerados (individual, local e regional).

Por fim, na última seção, apresentamos um sumário das principais conclusões do estudo.

2. Utilizações variadas do Cadastro Único

Como foi visto na seção anterior, o CadÚnico tem como objetivo funcionar como um censo da população mais pobre do país e, portanto, todas as famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até 3 salários mínimos deveriam estar cadastradas. Além de contar com ampla informação sobre as condições de vida de cerca de 16 milhões de famílias pobres, este cadastro contém

informações sobre o nome e endereço desta população, permitindo, assim, não apenas medir o seu grau de pobreza e carências, mas também lhe prestar atendimento.

2.1. Selecionando os beneficiários do Programa Bolsa Família: renda cadastrada e o uso de “preditores”

Originalmente, o objetivo central do CadÚnico sempre foi a seleção das famílias a serem beneficiadas pelos programas de transferência de renda condicionada⁶, buscando garantir um elevado grau de focalização para estes programas. Entretanto, a identificação das famílias mais pobres tem sido feita, tradicionalmente, exclusivamente com base na renda auto reportada. Essa forma de identificação das famílias mais pobres levanta duas questões. Em primeiro lugar, por que definir a população alvo do programa pelo grau de insuficiência de renda e, em segundo, por que buscar prever a renda com base apenas na renda cadastrada (auto reportada).

Conforme diversos estudos demonstram⁷, mesmo quando o objetivo é selecionar as famílias com renda insuficiente, o uso das demais informações cadastrais, além da renda, pode melhorar substancialmente o grau de focalização do programa. De fato, a existência de outros quesitos no CadÚnico ajuda a inferir qual a “verdadeira” renda das famílias, não captada pela renda auto reportada no momento do preenchimento do cadastro.

Assim, mesmo no que se refere à seleção dos beneficiários para o Programa Bolsa Família, o CadÚnico pode ser utilizado de duas formas. Por um lado, utilizando-se apenas a renda cadastrada, conforme é feito atualmente para a identificação dos beneficiários do programa. Por outro lado, utilizando-se de forma combinada o conjunto completo das informações disponíveis para se obter um melhor “preditor” para a renda familiar melhorando, desta forma, o grau de focalização do programa. Conforme mostrado em Barros *et alli* (2007) “...embora o grau de focalização do Bolsa Família esteja em vantagem no contexto latino-americano, existe amplo espaço e necessidade para melhoria, a qual poderá ser alcançada aprimorando a informação sobre renda que consta do Cadastro Único”. Assim, as informações cadastrais podem ser utilizadas para melhorar substancialmente o sistema de seleção de beneficiários elevando simultaneamente os graus de focalização e de cobertura do programa.

⁶ Como os antigos “Bolsa Escola” e “Bolsa Alimentação”, e o atual “Bolsa Família”.

⁷ Castañeda e Lindert (2005), Castañeda e Fernandez (2003), De la Brière e Lindert (2003), De la Brière e Roquete (2003), Larrañaga (2003), Lindert (2003), Orozco (2004), Viquez (2003),

2.2. Melhorando a qualidade das informações cadastrais

Por mais que um sistema de seleção de beneficiários explore as informações disponíveis no CadÚnico, o grau de focalização resultante irá, em última instância, sempre depender da qualidade destas informações. Assim, é fundamental aprimorar continuamente a qualidade do cadastro⁸.

Barros *et alli* (2007) procuram demonstrar como as próprias informações cadastrais podem ser utilizadas para melhorar a qualidade do CadÚnico e, desta forma, melhorar, de forma indireta, o sistema de seleção de beneficiários. O objetivo neste caso consiste em utilizar a própria informação do cadastro para identificar possíveis inconsistências e, com isso, aprimorar sua qualidade. Com o cruzamento das informações do CadÚnico é possível identificar desvios e, com isso, monitorar sua qualidade.

Vale ressaltar que, neste caso, a variedade de informações disponíveis no cadastro é vital para a avaliação de sua qualidade e a identificação de distorções. Entretanto, é a identificação das famílias cadastradas que permite desenhar intervenções voltadas para a melhoria da qualidade das informações cadastrais. Sem a capacidade de localizar as famílias cadastradas, o que se poderia obter se limitaria a uma descrição das falhas e deficiências do cadastro. É a possibilidade de localização destas famílias que permite que muitas delas sejam re-entrevistadas melhorando, com isso, a qualidade das informações cadastrais.

2.3. Selecionando beneficiários para outros programas

Embora o CadÚnico seja utilizado quase que exclusivamente para a seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família, existem vantagens em utilizá-lo também para

⁸ Segundo Barros *et alli* (2007), “a baixa fidedignidade das informações de renda tem, em geral, duas origens. Por um lado, pode ser não intencional e resultar apenas de deficiências na qualidade da coleta, resultantes, por exemplo, de falhas na construção dos quesitos do questionário, imprecisões e indefinições conceituais, falhas na condução das entrevistas por insuficiente treinamento dos entrevistadores ou por falhas no sistema de supervisão. Neste caso, tipicamente as informações de renda coletadas deverão ter um grau de variabilidade bem acima do efetivamente verificado na população, mas não necessariamente tenderão a subestimar a verdadeira renda familiar. Por outro lado, pode ser que os desvios da renda reportada em relação à renda real sejam, em boa medida, intencionais ou pelo menos sistemáticos. As famílias ou os entrevistadores podem declarar uma renda mais baixa que a efetiva, com vistas a elevar a probabilidade de participação no programa, já que é de conhecimento público que os programas sociais são dirigidos à população de baixa renda. Esta tendência à subestimação pode ser consciente ou inconsciente, como quando um entrevistado se esquece ou não se esforça para se lembrar de reportar uma renda eventual que possa ter recebido”.

a seleção dos beneficiários de outros programas. Sendo um cadastro do conjunto da população pobre, com informações para um amplo leque de dimensões das condições de vida, o CadÚnico serve também, em princípio, para a seleção de uma grande variedade de programas direcionados a essa população, mesmo quando a pobreza não é tomada como sinônimo de insuficiência de renda.

De fato, com base nas informações cadastrais é possível selecionar populações carentes com relação a uma variedade de critérios. Assim, com base no CadÚnico é possível identificar famílias com baixa renda com carências específicas, adultos analfabetos em famílias pobres, famílias com membros adultos com baixa escolaridade, ou famílias sem trabalhadores formais, ou famílias com membros com necessidades especiais, entre outras características.

Novamente, é o fato de o cadastro conter informações individualizadas com o nome e endereço dos cadastrados que permite que ele seja utilizado para a seleção de uma variedade de programas sociais. O uso do CadÚnico para a seleção de uma variedade de programas não só é viável mas altamente recomendável, uma vez que evita a duplicação de esforços, reduz custos e evita tomar o tempo das famílias pobres com múltiplas entrevistas.

Além desta vantagem em termos de custo, o uso do CadÚnico por uma ampla variedade de programas tem duas vantagens adicionais. Por um lado, e de maior importância, a unicidade do cadastro é indispensável para uma efetiva integração das intervenções sociais. Só com a utilização de um único cadastro é possível garantir que uma mesma família tenha acesso simultâneo ao amplo conjunto de oportunidades e programas de que necessita para superar a pobreza⁹. Em segundo lugar, a qualidade de um cadastro está diretamente ligada ao seu uso. Quanto mais se utiliza um cadastro, maior a probabilidade de que suas deficiências sejam identificadas e corrigidas. Assim, o uso do CadÚnico pelos diversos programas sociais não só reduz custos e facilita a integração como, também, estimula a própria melhoria das informações nele contidas. Neste particular, o uso do cadastro por programas com foco em distintos aspectos das condições de vida da população pobre é essencial, uma vez que, neste caso, cada programa irá colocar em cheque aspectos distintos das informações cadastrais. Por exemplo, o uso do CadÚnico para a seleção dos beneficiários do programa “Luz para

⁹ Vale ressaltar que a seleção de beneficiários para um amplo leque de programas sociais a partir de um único cadastro é apenas uma condição necessária para a integração. É perfeitamente possível que mesmo que todos os programas sociais utilizem o mesmo cadastro, a seleção dos beneficiários seja feita de forma totalmente desarticulada.

Todos” deverá levar a uma melhoria nas informações sobre o acesso a eletricidade que o uso exclusivo pelo Programa Bolsa Família poderia levar muito mais tempo para alcançar¹⁰.

2.4. Definindo cotas

Em estudo recente Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2008) demonstraram a importância da existência de cotas locais para uma melhor focalização de programas sociais como o Bolsa Família. Para que as cotas sejam úteis para melhorar a focalização do programa é fundamental que sejam locais (isto é, cotas por município ou mesmo por distrito tendem a ser muito mais importantes do que as cotas estaduais), e que sejam o mais positivamente relacionadas com o grau de pobreza local.

A grande dificuldade, portanto, para o desenho de um sistema eficaz de cotas é a informação local sobre o grau de pobreza. As pesquisas domiciliares por amostragem, como a PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), são capazes de produzir estimativas da pobreza ao nível estadual, mas não ao nível municipal. Assim, as estimativas de pobreza para os municípios ficam restritas ao que se pode obter a partir dos Censos Demográficos realizados apenas a cada dez anos. Portanto, o CadÚnico, por sua cobertura, representa uma alternativa para se obter estimativas do grau de carência ao nível municipal.

Vale ressaltar, no entanto, que a vantagem do CadÚnico não é a de substituir o Censo Demográfico na definição da pobreza local mas de complementá-lo. As informações censitárias, além de cobrirem toda a população, têm melhor qualidade e contém um leque de questões pelo menos tão variado quanto as do cadastro. O ideal seria construir mapas da pobreza para o país e daí estabelecer cotas para os principais programas sociais com base nos Censos Demográficos a cada dez anos, utilizando as informações do CadÚnico para atualizar anualmente estes mapas e cotas.

¹⁰ O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos, criado pelo Governo Federal em 2004, tem como objetivo levar energia elétrica para a população pobre do meio rural. O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com a participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas. A ligação da energia elétrica até os domicílios é gratuita e facilita a integração com outros programas sociais (acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento) (ver <http://www.mme.gov.br>).

2.5. Diagnóstico e adequação das intervenções sociais

Por fim, vale ressaltar a importância do CadÚnico para o diagnóstico da pobreza e das principais carências no país, possibilitando a melhor adequação das intervenções sociais às reais necessidades da população. Assim, não é nada surpreendente que um cadastro que conta com um amplo leque de informações sobre as condições de vida de cerca de 16 milhões de famílias brasileiras, tenha grande utilidade para a construção de diagnósticos da situação da pobreza no país.

Esta utilidade do CadÚnico é a que menos tem sido desenvolvida, em boa medida talvez pela dificuldade de acesso as informações e pela falta de instrumentos que permitam manuseá-lo com facilidade. Conforme já mencionado, na terceira e quarta seções deste estudo vamos introduzir e exemplificar o uso de um leque de indicadores e instrumentos voltados a potencializar o uso diagnóstico do CadÚnico.

Por sua característica censitária da população pobre o CadÚnico pode auxiliar no diagnóstico das carências em três níveis, que passamos a descrever seguir.

2.5.1. Diagnósticos individualizados

Ao nível individual a análise das informações de cada família permite identificar suas principais necessidades e compará-las com as da comunidade a que pertence. Uma vez que com o cadastro temos o nome e o endereço de cada família, este tipo de diagnóstico individualizado permite um atendimento personalizado. Com base nestas informações o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)¹¹ pode melhor planejar suas atividades e melhor adequar o atendimento as efetivas necessidades das famílias que visa atender. Além de permitir diagnosticar as necessidades de cada família pobre, na medida em que as suas informações vão sendo atualizadas, o cadastro permite monitorar a evolução da pobreza e necessidades de cada família e, daí, avaliar o impacto de determinadas intervenções.

¹¹ O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e “expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sócio familiar”. Os objetivos do PAIF são: *a*) contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, *b*) fortalecer os vínculos familiares e comunitários, e *c*) promover aquisições sociais e materiais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades (ver <http://www.mds.gov.br>).

Em outras palavras, o CadÚnico serve não apenas para identificar e selecionar as famílias mais carentes para atendimento pelas equipes do PAIF, como também permite diagnosticar suas principais necessidades, eleger as intervenções mais efetivas, e acompanhar e avaliar o impacto dessas intervenções.

Mencionamos anteriormente que o uso do cadastro por diversos programas sociais contribui para identificar suas deficiências, ajudando a corrigi-las e, com isso, aumentando sua qualidade. O uso individualizado do cadastro pelo PAIF, por exemplo, deve levar a um efeito similar. Uma vez que o PAIF necessita que as informações do cadastro sejam as mais atualizadas possíveis, a sua utilização deve imprimir uma maior dinâmica ao uso dessas informações contribuindo, ao final, para um cadastro mais atualizado.

2.5.2. Diagnósticos locais

O CadÚnico permite o diagnóstico ao nível local, isto é, permite quantificar e mapear as carências de comunidades e municípios. Este mapeamento local das carências é de fundamental importância na medida em que, como já vimos, a única fonte de informação capaz de dar base a estes diagnósticos locais é o Censo Demográfico, que é realizado a cada dez anos. Assim, estes diagnósticos locais são vitais uma vez que permitem adequar a disponibilidade de serviços públicos e alocar os recursos públicos às verdadeiras necessidades locais.

Além desta utilidade, as informações do CadÚnico permitem o acompanhamento da evolução das condições de vida das comunidades e, portanto, que se avalie a qualidade de intervenções específicas e o desempenho global das administrações locais.

2.5.3. Diagnósticos regionais

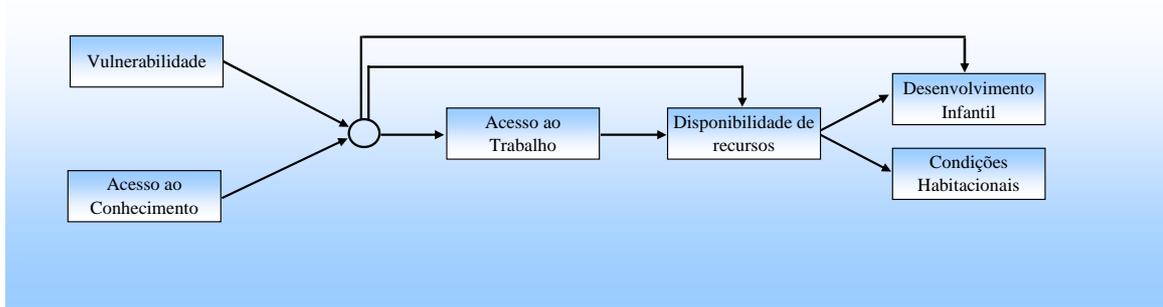
Por fim, e de menor importância, o CadÚnico também complementa as informações das pesquisas domiciliares por amostragem, como a PNAD e a POF, na mensuração da pobreza, na identificação das carências educacionais tanto da população adulta como infantil, na avaliação das necessidades de emprego e na avaliação da qualidade dos postos de trabalho disponíveis, assim como no monitoramento dos indicadores habitacionais. Portanto, o CadÚnico contribui para facilitar o diagnóstico da situação social, seu monitoramento e sua avaliação através da complementação das informações das pesquisas domiciliares por amostragem.

3. Utilizando as informações do Cadastro Único para a construção de indicadores de condições de vida¹²

O CadÚnico é constituído de três questionários distintos. O primeiro reúne informações sobre o município, o segundo sobre o domicílio e o terceiro sobre cada um dos membros da família. Assim, a variedade de informações presentes neste instrumento (de natureza socioeconômica, cadastral, e referente ao acesso a programas sociais) permite avaliar as condições de vida das famílias cadastradas, assim como também do conjunto da população cadastrada do município.

Exceto para as condições de saúde e sobrevivência, as informações reunidas pelo CadÚnico permitem investigar seis componentes básicos das condições de vida: *a)* vulnerabilidade, *b)* acesso ao conhecimento, *c)* acesso ao trabalho, *d)* disponibilidade de recursos, *e)* desenvolvimento infantil, e *f)* condições habitacionais. Cada um destes componentes representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades. Apresentamos estas dimensões no Diagrama 1, partindo daquelas mais relacionadas ao acesso aos meios para concluir com as dimensões mais relacionadas à consecução de fins.

Diagrama 1: Inter-relação entre as dimensões das condições de vida



Nesta seção apresentamos, em primeiro lugar, o conjunto de indicadores que podem ser construídos com base nas informações do CadÚnico para cada um destes seis componentes. Esses indicadores têm como principal função auxiliar no diagnóstico da pobreza e das principais carências das famílias, comunidades ou do país, possibilitando a melhor adequação das intervenções sociais às reais necessidades da população. Em

¹² Essa seção baseia-se em Barros e Carvalho (2002).

segundo lugar, mostramos como esses indicadores podem ser agrupados para criar um indicador capaz de sintetizar, em um único número, a informação destes diversos indicadores – o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF).

3.1. Indicadores básicos

3.1.1. Vulnerabilidade

A vulnerabilidade de uma família representa o volume adicional de recursos que ela requer para satisfazer suas necessidades básicas, em relação ao que seria requerido por uma família padrão. Por exemplo, a presença de gestantes, crianças, adolescentes, jovens, portadores de deficiência e idosos aumenta a vulnerabilidade das famílias, na medida em que aumenta o volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. Das seis dimensões consideradas esta é a única que não representa nem meios nem fins. Com base nas informações do CadÚnico é possível descrever quatro componentes da vulnerabilidade de uma família:

a) *Gestação e amamentação*: trata-se de necessidades especiais nutricionais e em atendimento médico que surgem devido à presença de gestantes e/ou crianças em período de aleitamento.

b) *Crianças, adolescentes e jovens*: famílias com a presença destes grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas à transmissão de regras e hábitos de convivência (educação *latu sensu*), cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação, etc), além de apresentar necessidades específicas de educação e atendimento médico¹³.

c) *Portadores de deficiência e idosos*: famílias com a presença destes grupos incorrem em despesas adicionais relacionadas a cuidados cotidianos (zelar pela segurança, alimentação, etc) e necessidades especiais em atendimento médico.

d) *Dependência econômica*: quando o número de crianças ou idosos é proporcionalmente elevado em relação ao número de adultos, a família passa a ocupar uma posição desvantajosa, pois muitos dependem da renda de poucos.

¹³ A incidência de doenças características da infância, por exemplo, aumenta os custos destas famílias.

Com o propósito de representar estes componentes da vulnerabilidade das famílias, utilizamos os seguintes indicadores:

Indicadores de Vulnerabilidade das Famílias

Gestão e amamentação	V1. Ausência de gestantes V2. Ausência de mães amamentando
Crianças, adolescentes e jovens	V3. Ausência de crianças V4. Ausência de crianças ou adolescentes V5. Ausência de crianças, adolescentes ou jovens
Portadores de deficiência e idoso	V6. Ausência de portadores de deficiência V7. Ausência de idosos
Dependência econômica	V8. Presença de cônjuge V9. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa

Note que, segundo a forma como os indicadores **V3-V5** foram construídos, a presença de crianças é levada em consideração três vezes, ao passo que a presença de jovens, apenas uma. Esta forma de construção, aqui denominada *indicadores em cascata*, permite, numa avaliação do grau de vulnerabilidade das famílias, atribuir um peso três vezes maior às crianças que aos jovens, mesmo quando cada indicador recebe igual peso.

3.1.2. Acesso ao conhecimento

Dentre todos os meios de que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades, o acesso ao conhecimento, certamente, se encontra entre os mais importantes. Com base nas informações do CadÚnico é possível construir indicadores para apenas dois componentes: a) analfabetismo e b) escolaridade.

Com vistas a representar estes dois componentes do acesso ao conhecimento das famílias utilizamos os seguintes indicadores:

Indicadores de Acesso ao Conhecimento

Analfabetismo	C1. Ausência de adultos analfabetos C2. Ausência de adultos analfabetos funcionais
Escolaridade	C3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo C4. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo C5. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior

Dois aspectos da seleção destes indicadores merecem destaque. O primeiro deles diz respeito ao uso repetido de indicadores em cascata. Por exemplo, uma vez que todo analfabeto é também um analfabeto funcional, ambos os indicadores (*C1* e *C2*) captam a presença de um analfabeto na família. Assim, o analfabetismo recebe, implicitamente, um peso duas vezes maior que o analfabetismo funcional. De forma similar em *C3-C5*, a educação superior recebe um peso três vezes maior que a educação fundamental, uma vez que toda a família contendo pelo menos uma pessoa com alguma educação superior também apresenta pelo menos uma pessoa com educação fundamental e secundária completas.

O segundo aspecto está relacionado ao fato de que, ao contrário das características estritamente domiciliares, tais como o acesso a esgotamento sanitário adequado, em que ter (presença) ou não ter (ausência) são as únicas possibilidades, para os indicadores derivados das características individuais, como o analfabetismo, existem várias formas de uma família ter ou não a característica. Uma possibilidade seria a família não ter nenhuma pessoa analfabeta (ausência de analfabetos). Outra opção seria não ter todos os membros analfabetos (presença de ao menos uma pessoa alfabetizada). Note que os indicadores de analfabetismo (*C1* e *C2*) são do primeiro tipo, ao passo que os indicadores de escolaridade (*C3-C5*) são do segundo tipo.

3.1.3. Acesso ao trabalho

Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não é uma política eficaz. Assim, tão importante quanto garantir que as famílias tenham acesso aos meios de que necessitam é dar-lhes a oportunidade de utilizá-los. Por exemplo, a importância de dar a uma pessoa os conhecimentos necessários para que ela desempenhe uma determinada função será dramaticamente reduzida, caso ela não venha a ter a oportunidade de realizá-la.

O acesso ao trabalho representa a oportunidade, que uma pessoa tem, de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de oportunidade para a

utilização de meios. Dentre os vários componentes do acesso ao trabalho destacamos: *a)* a disponibilidade de trabalho, *b)* a qualidade do posto de trabalho, e *c)* a remuneração.

Com base no CadÚnico, é possível construir uma variedade de indicadores da disponibilidade, da qualidade e remuneração dos postos de trabalho. Com o propósito de representar estes três componentes utilizamos os seguintes indicadores:

Indicadores de Acesso ao Trabalho	
Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados
Qualidade do posto de trabalho	T2. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal T3. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
Remuneração	T4. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos

Note, mais uma vez, o *efeito cascata* nos indicadores **T5** e **T6**, uma vez que a presença de ao menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos implica a presença de ao menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo.

3.1.4. Disponibilidade de recursos

Na medida em que a grande maioria das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita através de bens e serviços adquiridos no mercado, a renda familiar *per capita* passa a ser um recurso fundamental na determinação do seu bem-estar. Embora a origem dos recursos não seja relevante para a satisfação das necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência das mesmas dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parcela que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo. Dentre os vários componentes da disponibilidade de recursos destacamos três: *a)* extrema pobreza, *b)* pobreza, e *c)* capacidade de geração de renda.

Com o propósito de representar estes componentes da disponibilidade de recursos de uma família obtivemos, com base no CadÚnico, os seguintes indicadores:

Indicadores de Disponibilidade de Recursos

Extrema pobreza	R1. Despesa familiar per capita superior a linha de extrema pobreza R2. Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza R3. Despesa com alimentos superior a linha de extrema pobreza
Pobreza	R4. Despesa familiar per capita superior a linha de pobreza R5. Renda familiar per capita superior a linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R6. Maior parte da renda familiar não advém de transferências

Note, novamente, a utilização do *efeito cascata* para dar maior peso à extrema pobreza. Neste caso, se **R4** e **R5** são verdadeiros, então **R1** e **R2**, respectivamente, também o são.

3.1.5. Desenvolvimento infantil

Uma das principais metas de qualquer sociedade é garantir sempre, a cada criança, oportunidades para seu pleno desenvolvimento. Dada a informação disponível no CadÚnico, é possível captar apenas três componentes do desenvolvimento infantil: a) trabalho precoce, b) acesso à escola, e c) progresso escolar.

Com o objetivo de representar estes componentes do desenvolvimento infantil, utilizamos os seguintes indicadores:

Indicadores de Desenvolvimento Infantil	
Trabalho precoce	D1. Ausência de pelo menos uma criança de menos de 10 anos trabalhando D2. Ausência de pelo menos uma criança de menos de 16 anos trabalhando
Acesso à escola	D3. Ausência de pelo menos uma criança de 0-6 anos fora da escola D4. Ausência de pelo menos uma criança de 7-14 anos fora da escola D5. Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso escolar	D6. Ausência de pelo menos uma criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso D7. Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D8. Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto

Observe o uso do efeito cascata em D1 e D2 para dar maior peso ao trabalho de crianças menores de 10 anos do que ao de adolescentes entre 10 e 15 anos. Utilizamos, também, o mesmo expediente em D4 e D5 para dar maior peso à frequência escolar de adolescentes de 7 a 14 anos do que a de jovens entre 15 e 17 anos.

3.1.6. Condições habitacionais

As condições habitacionais representam uma das principais dimensões das condições de vida de uma família devido a sua íntima relação com as condições de saúde. Dada a informação disponível no CadÚnico, podemos avaliar diversos dos seus

componentes: *a)* propriedade, *b)* déficit habitacional, *c)* abrigabilidade, *d)* acesso a abastecimento de água, *e)* acesso a saneamento, *f)* acesso à coleta de lixo e *g)* acesso à energia elétrica. É importante destacar, no entanto, que não há informações sobre alguns componentes importantes das condições habitacionais, tais como a falta de segurança, a separação das funções entre os cômodos disponíveis do domicílio, a natureza do entorno (vizinhança) e a distância ao local de trabalho, à escola e ao posto de saúde.

Para representar os sete componentes das condições habitacionais que podem ser avaliados a partir das informações do CadÚnico utilizamos os seguintes indicadores:

Indicadores de Condições Habitacionais	
Propriedade do domicílio	H1. Domicílio próprio H2. Domicílio próprio, cedido ou invadido
Déficit habitacional	H3. Densidade de até 2 moradores por dormitório
Abrigabilidade	H4. Material de construção permanente
Acesso adequado à água	H5. Acesso adequado à água
Acesso adequado à saneamento e esgotamento sanitário	H6. Esgotamento sanitário adequado
Acesso à coleta de lixo	H7. Lixo é coletado
Acesso à eletricidade	H8. Acesso à eletricidade

Mais uma vez, observe o uso do *efeito cascata* em **H1** e **H2**, conferindo maior peso à condição de domicílio próprio.

3.2. Construindo um indicador sintético

Na subseção anterior apresentamos 41 indicadores que podem ser construídos para representar os seis componentes das condições de vida da população com que se pode trabalhar a partir do CadÚnico. Dada a complexidade de utilizar um número tão elevado de indicadores e a necessidade de ordenar as condições sociais das famílias, comunidades, municípios ou estados surge, então, a necessidade de se criar indicadores sintéticos que visam sintetizar, em um único número, a informação de diversos indicadores básicos assumindo determinados pesos.

Existem inúmeras estratégias para a construção de indicadores sintéticos e, de fato, nos últimos anos temos testemunhado o surgimento de inúmeros indicadores dessa natureza. O indicador sintético mais conhecido e consagrado pelos Relatórios de Desenvolvimento Humano é, sem dúvida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990 para diversos países^{14,15}.

Segundo essa metodologia, o indicador sintético S é construído a partir de uma série de indicadores básicos, $\{B_i : i=1, \dots, m\}$, via:

$$S = \sum_{i=1}^m w_i \left\{ \frac{B_i - l_i}{L_i - l_i} \right\}$$

onde L_i e l_i são, respectivamente, o limite superior e inferior para o indicador i , e w_i , o peso dado a este indicador.

Os critérios para se obter os limites e o peso de cada indicador são variados, sendo alguns destes puramente estatísticos, outros uma mescla de critérios substantivos e estatísticos. Em princípio, a escolha dos limites e dos pesos depende da utilização específica que se deseja dar ao indicador sintético. Quando o objetivo é obter um indicador geral das condições de vida ou do desenvolvimento humano da população, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, a melhor opção tende a ser tratar todas as dimensões e seus componentes de forma simétrica. Esta é a alternativa aqui proposta.

Mais especificamente, atribuímos o mesmo peso a) aos indicadores de cada componente de uma dimensão, b) aos vários componentes de uma dimensão, e c) a cada

¹⁴ “Este relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) e contou com a colaboração do economista Amartya Sen, sendo atualmente publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países” (Cobo e Sabóia, 2006).

¹⁵ Em 1998, o PNUD, o IPEA e a Fundação João Pinheiro se juntaram para produzir um índice de condições de vida para o Brasil, unidades da federação e municípios (IDH Municipal ou IDH-M). Em 2003 essas mesmas instituições produziram o outro índice sintético denominado Índice de Condições de Vida (ICV), para todos os municípios brasileiros, construído com base em um maior número de dimensões e indicadores básicos. Nessa linha, destacam-se ainda o Índice Municipal do Instituto Pólis (ver Souto *et alli* (1995), o Índice de Qualidade de Vida (IQV) (ver Almeida (1997)) e o Índice de Qualidade dos Municípios (IQM) (ver Cide (1998)), entre outros (ver Cobo e Sabóia, 2006). Ver, ainda, Barros, Carvalho e Franco (2003) e Torres, Ferreira e Dini (2003).

uma das dimensões. Assim, se assumimos que cada indicador pode variar livremente entre zero e um, o indicador sintético fica definido a partir dos indicadores básicos via:

$$S = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 \left[\frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left[\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right] \right]$$

Onde, B_{ijk} denota o i -ésimo indicador do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, m_k , o número de componentes da k -ésima dimensão, e n_{jk} , o número de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão. Em outras palavras, assumindo que $l_{ijk}=0$ e $L_{ijk}=1$, desta expressão segue que:

$$S = \sum_{k=1}^6 \sum_{j=1}^{m_k} \frac{1}{6m_k n_{jk}} \left[\sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right]$$

e, portanto, que:

$$w_{ijk} = \frac{1}{6m_k n_{jk}}$$

No entanto, conforme ilustram as expressões acima, indicadores de componentes distintos terminam, em geral, tendo pesos também distintos, na medida em que o número de componentes por dimensão e de indicadores por componentes não é homogêneo. De fato, o peso de um indicador depende do componente e da dimensão a que pertence.

Implicitamente, esta expressão também gera indicadores sintéticos para cada um dos componentes de cada dimensão, S_{jk} , assim como para cada uma das dimensões, S_k , via:

$$S_{jk} = \frac{1}{n_{jk}} \left[\sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right]$$

e

$$S_k = \frac{1}{m_k} \left[\sum_{j=1}^{m_k} S_{jk} \right] = \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \frac{1}{n_{jk}} \left[\sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{ijk} \right]$$

Tem-se também que:

$$S = \frac{1}{6} \left[\sum_{k=1}^6 S_k \right]$$

Em outras palavras, o indicador sintético de cada componente, S_{jk} , é a média aritmética dos indicadores utilizados para representar este componente. Da mesma forma, o indicador sintético de cada dimensão, S_k , é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus componentes. Por fim, o indicador sintético global, S , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.

4. Utilizando as informações do Cadastro Único para a elaboração de diagnósticos das condições de vida e a adequação das políticas sociais

Os indicadores apresentados acima podem ser utilizados na elaboração de diagnósticos das condições de vida das famílias, municípios, estados ou mesmo do país como um todo¹⁶.

Nesta seção buscamos demonstrar como diagnósticos ao nível da família e ao nível do município podem ser realizados com base nas informações do CadÚnico para o estado do Espírito Santo. Essas análises encontram-se, respectivamente, nas Seções 4.1 e 4.2 a seguir.

4.1. Diagnóstico ao nível da família

Com base num *software* desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e utilizando as informações do CadÚnico para o estado do Espírito Santo, vamos demonstrar nesta seção como é possível avaliar as condições de vida ao

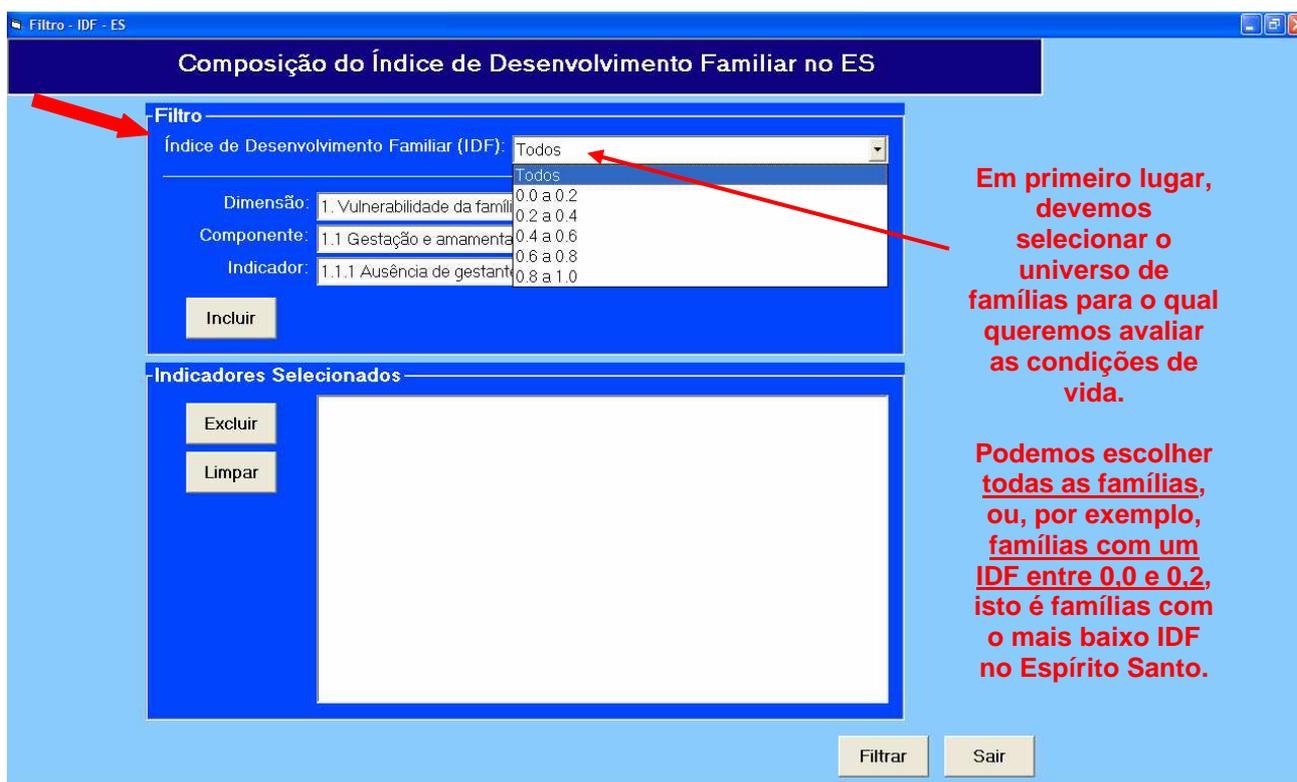
¹⁶ Ver, por exemplo, Torres, Ferreira e Dini (2003) para uma reflexão sobre a experiência da Fundação Seade na construção do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) criado em 2000, com o objetivo refletir o desenvolvimento e a qualidade de vida dos municípios paulistas. A criação desse indicador utilizou como ponto de partida as experiências com outros indicadores municipais, em particular, o IDH-M já mencionado anteriormente.

nível da família. Para tanto, vamos seguir uma seqüência arbitrária de passos, buscando ilustrar o uso desse *software* construído.

Passo 1: Seleção do universo das famílias de interesse.

O programa criado permite a análise das condições de vida de todas as famílias cadastradas, assim como das famílias cadastradas cujo Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) encontra-se entre determinados valores¹⁷. As famílias cadastradas podem ser agrupadas, segundo o IDF, em cinco classes: a) 0,0 a 0,2, b) 0,2 a 0,4, c) 0,4 a 0,6, d) 0,6 a 0,8 e e) 0,8 a 1,0.

Assim, o primeiro passo consiste em selecionar o universo de famílias de interesse, conforme apresentado na figura a seguir. A título de exemplo apenas, vamos supor que selecionamos o conjunto de todas as famílias cadastradas no Estado.



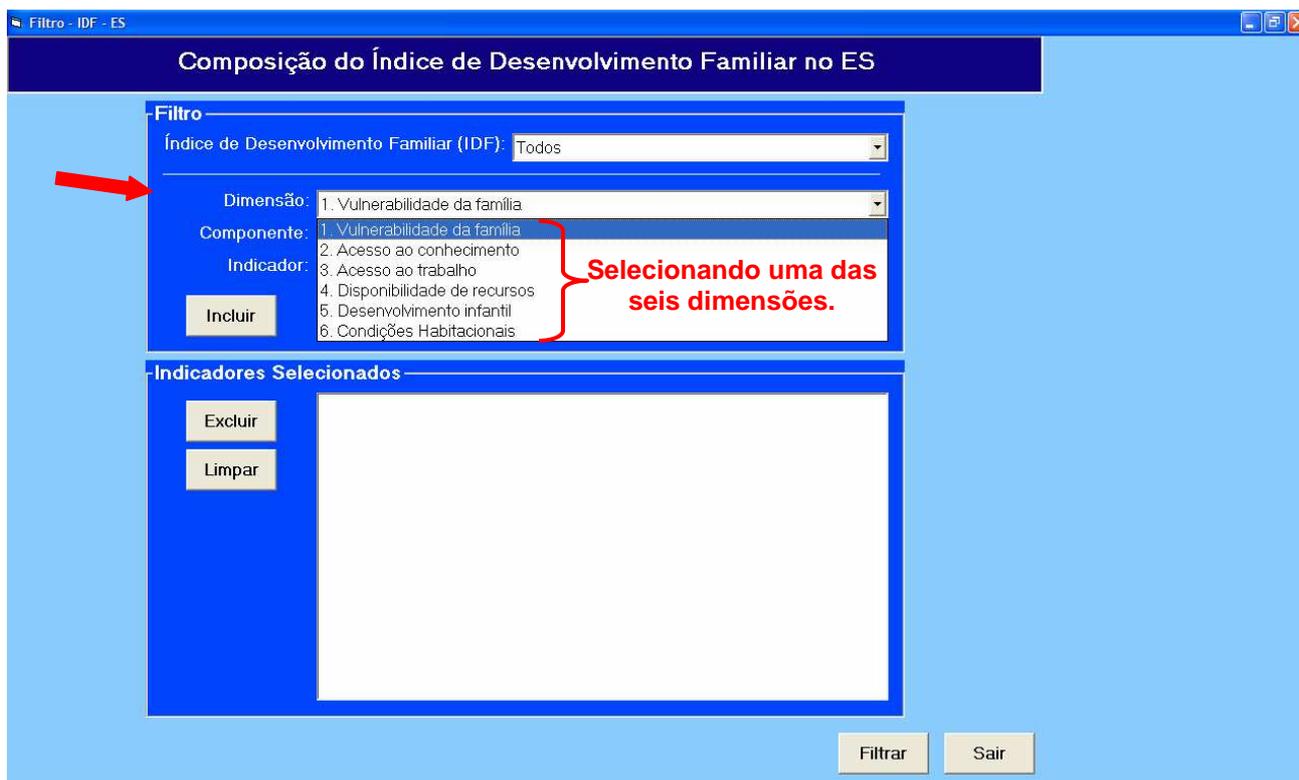
Passo 2: Seleção das dimensões de interesse.

Uma vez escolhido o universo de famílias, o segundo passo consiste na escolha da dimensão ou das dimensões que queremos analisar. Conforme vimos anteriormente foram definidas seis dimensões das condições de vida: a) vulnerabilidade, b) acesso ao

¹⁷ Como foi visto na seção anterior, o IDF é um indicador sintético que varia entre 0 e 1.

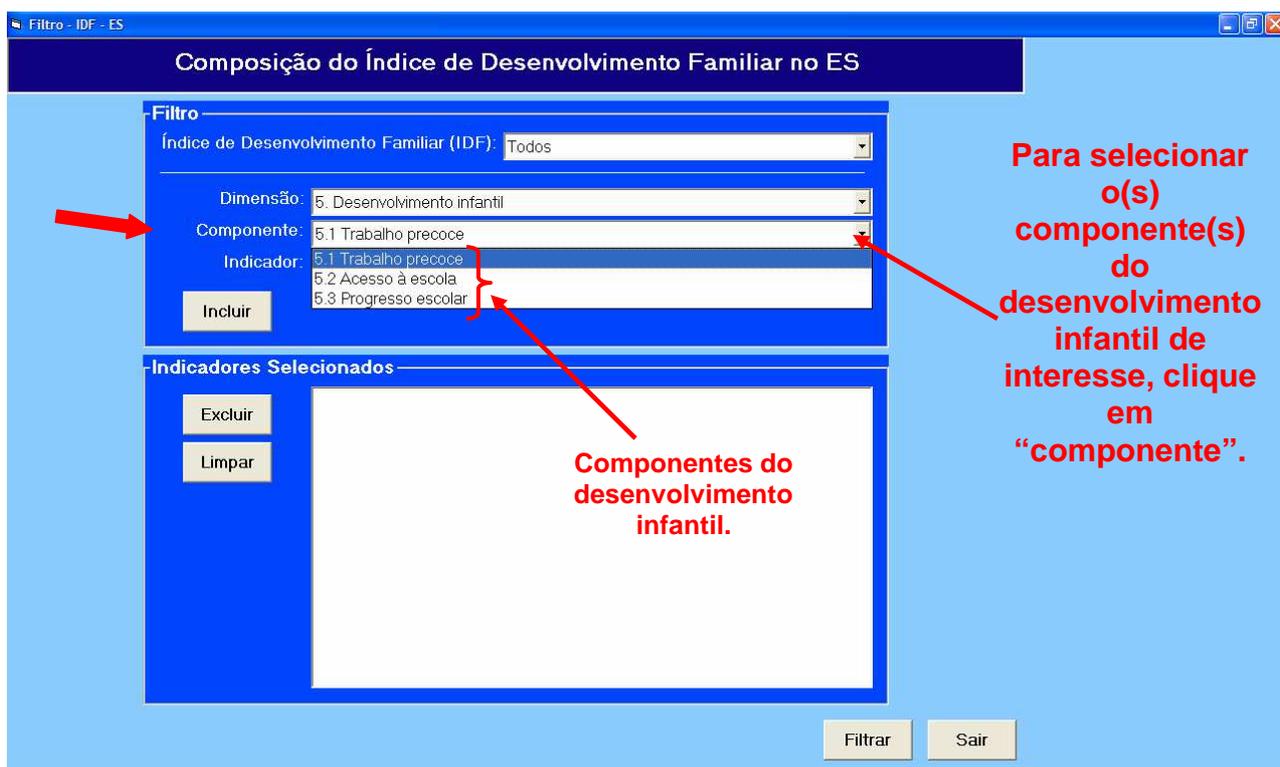
conhecimento, c) acesso ao trabalho, d) disponibilidade de recursos, e) desenvolvimento infantil, e f) condições habitacionais.

A análise das condições de vida destas famílias selecionadas pode ser realizada, separadamente, para cada uma destas seis dimensões ou apenas para um subconjunto delas. Apenas a título de exemplo, vamos supor que nossa preocupação mais imediata seja com o desenvolvimento infantil. Portanto, queremos analisar, em primeiro lugar, a situação das famílias cadastradas no CadÚnico no Espírito Santo em termos do desenvolvimento de suas crianças, conforme mostrado na figura a seguir.



Passo 3: Seleção do(s) componente(s) de interesse.

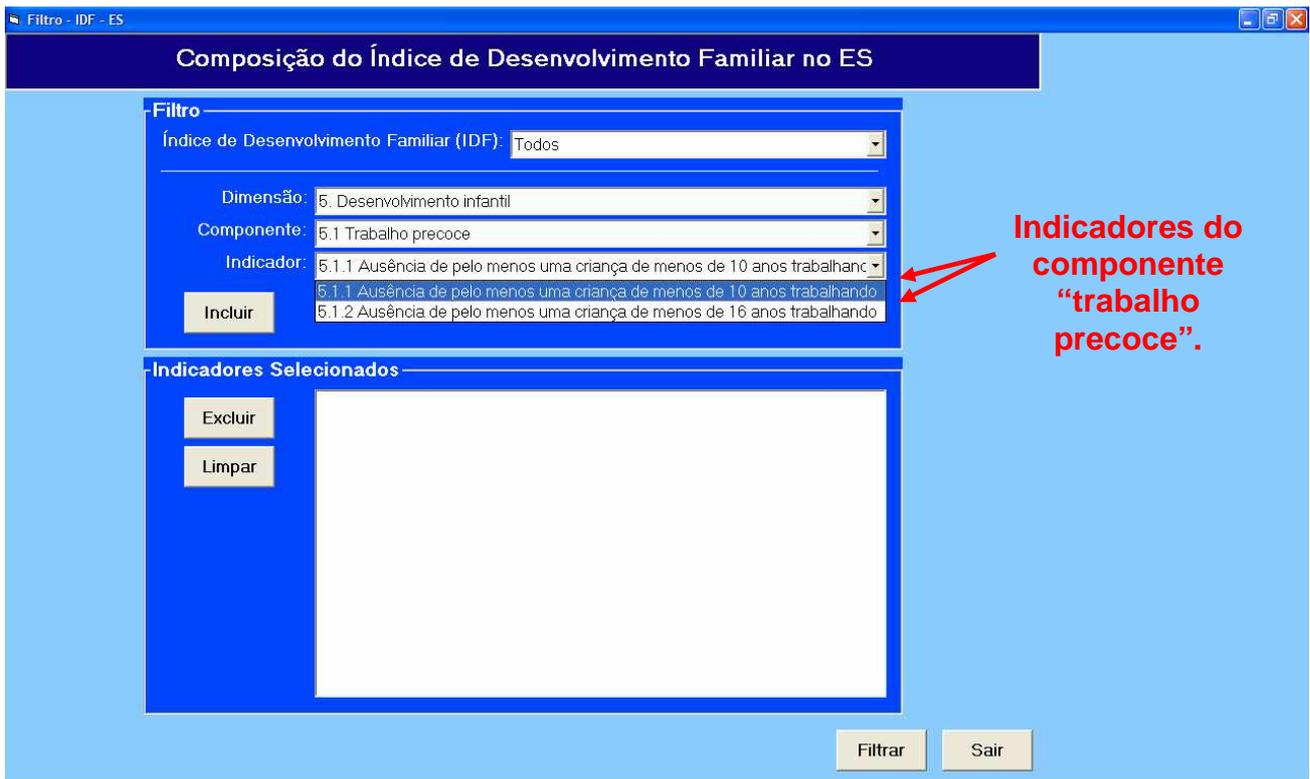
Uma vez escolhida a dimensão de interesse – desenvolvimento infantil – o próximo passo é escolher qual ou quais componentes dessa dimensão desejamos analisar. Neste caso, foram definidos três componentes: a) trabalho precoce, b) acesso à escola, e c) progresso escolar.



Passo 4: Seleção do(s) indicador(es) de interesse.

Uma vez selecionados os componentes de interesse, o passo seguinte consiste em selecionar, para cada um destes componentes (trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar), quais os indicadores que desejamos analisar.

Como mostra a figura a seguir, para o componente trabalho precoce existem dois indicadores disponíveis para as famílias: a) ausência de pelo menos uma criança com menos de 10 anos trabalhando, b) ausência de pelos menos uma criança de menos de 16 anos trabalhando.

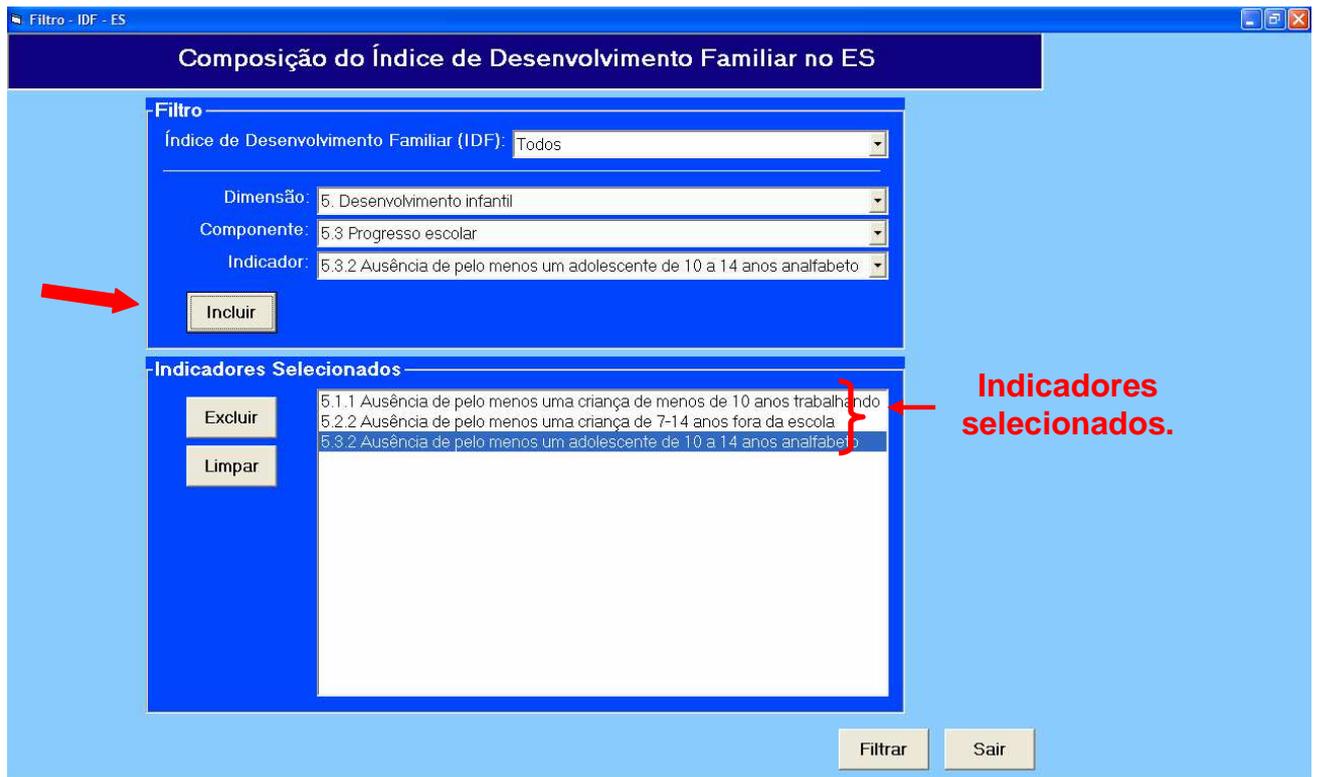


No caso de acesso à escola existem três indicadores disponíveis: a) ausência de pelos menos 1 criança de 0-6 anos fora da escola, b) ausência de pelos menos 1 criança de 7-14 anos fora da escola e c) ausência de pelos menos 1 criança de 7-17 anos fora da escola. Por fim, no caso de progresso escolar existem também três indicadores disponíveis: a) ausência de pelos menos 1 criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso, b) ausência de pelo menos 1 adolescente de 10 a 14 anos analfabeto, e c) ausência de pelos menos 1 jovem de 15 a 17 anos analfabeto.

Passo 5: Inclusão do(s) indicador(es) de interesse.

Uma vez selecionados os indicadores de interesse que fazem parte destes três componentes (trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar), o quinto passo consiste em clicar sobre cada indicador desejado e ordenar incluí-lo no painel inferior com a opção INCLUIR.

Os indicadores selecionados aparecerão na parte de baixo da tela INDICADORES SELECIONADOS, conforme mostra a figura a seguir. Nesse caso, foi selecionado 1 indicador de cada um dos três componentes.



Passo 6: Cálculo do IDF.

Uma vez incluídos os indicadores de interesse no painel inferior, com o comando **FILTRAR** vamos obter, do universo total de famílias, um subconjunto de famílias que não atende esses indicadores, isto é, para o conjunto de famílias selecionadas:

- a) *por pelo menos uma criança com menos de 10 anos está trabalhando,*
- b) *por pelo menos uma criança de 7-14 anos está fora da escola, e*
- c) *por pelo menos uma criança de 10-14 anos é analfabeta.*

As informações para esse subconjunto de famílias podem ser apresentadas de três formas distintas. Em primeiro lugar, ao utilizar o comando **FILTRAR**, obtemos uma tabela onde na primeira coluna aparece o código de cada família no CadÚnico. Na segunda coluna aparece o nome do chefe daquela família – na tabela apresentada a seguir os nomes dos chefes das famílias foram omitidos por motivo de sigilo. Na terceira tabela aparece o valor do IDF de cada família, conforme metodologia apresentada na subseção 3.2. Por fim, nas demais colunas, são apresentados os valores do IDF específicos para cada uma das seis dimensões definidas neste estudo. É possível ordenar o conjunto de famílias em ordem crescente ou decrescente, segundo o seu IDF,

ou segundo cada um dos seis componentes, bastando, para isso, clicar uma vez sobre o título da coluna.

A figura abaixo mostra que dentre todas as famílias cadastradas no CadÚnico no Espírito Santo, sete atendem os três indicadores selecionados, isto é, nestas sete famílias existe pelo menos uma criança com menos de 10 anos que está trabalhando, pelo menos uma criança de 7-14 anos que está fora da escola, e pelo menos uma criança de 10-14 anos que é analfabeta.

LISTA - IDF - ES

Composição do Índice de Desenvolvimento Familiar no ES

Domicílio	Nome	IDF	1. Vulnerabilidade da família	2. Acesso ao conhecimento	3. Acesso ao trabalho	4. Disponibilidade de recursos	5. Desenvolvimento infantil	6. Condições Habitacionais
2870419		0.23	0.50	0.25	0.17	0.33	0.00	0.14
8650516		0.23	0.63	0.00	0.17	0.33	0.11	0.14
8681008		0.16	0.38	0.00	0.17	0.33	0.11	0.00
3330475		0.24	0.58	0.00	0.17	0.33	0.22	0.14
8652144		0.42	0.71	0.00	0.17	0.44	0.22	1.00
8693408		0.43	0.83	0.00	0.17	0.44	0.22	0.93
8652728		0.39	0.63	0.00	0.17	0.44	0.11	1.00

←

Uma segunda forma de apresentar essas informações para esse subconjunto de famílias é utilizar o comando **GRÁFICO**. Com esse comando vamos gerar um gráfico para cada família. Assim, devemos posicionar o cursor sobre a família para a qual se deseja analisar as informações e, então, dar o comando para gerar o gráfico. Na figura a seguir, escolhemos a família com o maior IDF.

LISTA - IDF - ES

Composição do Índice de Desenvolvimento Familiar no ES

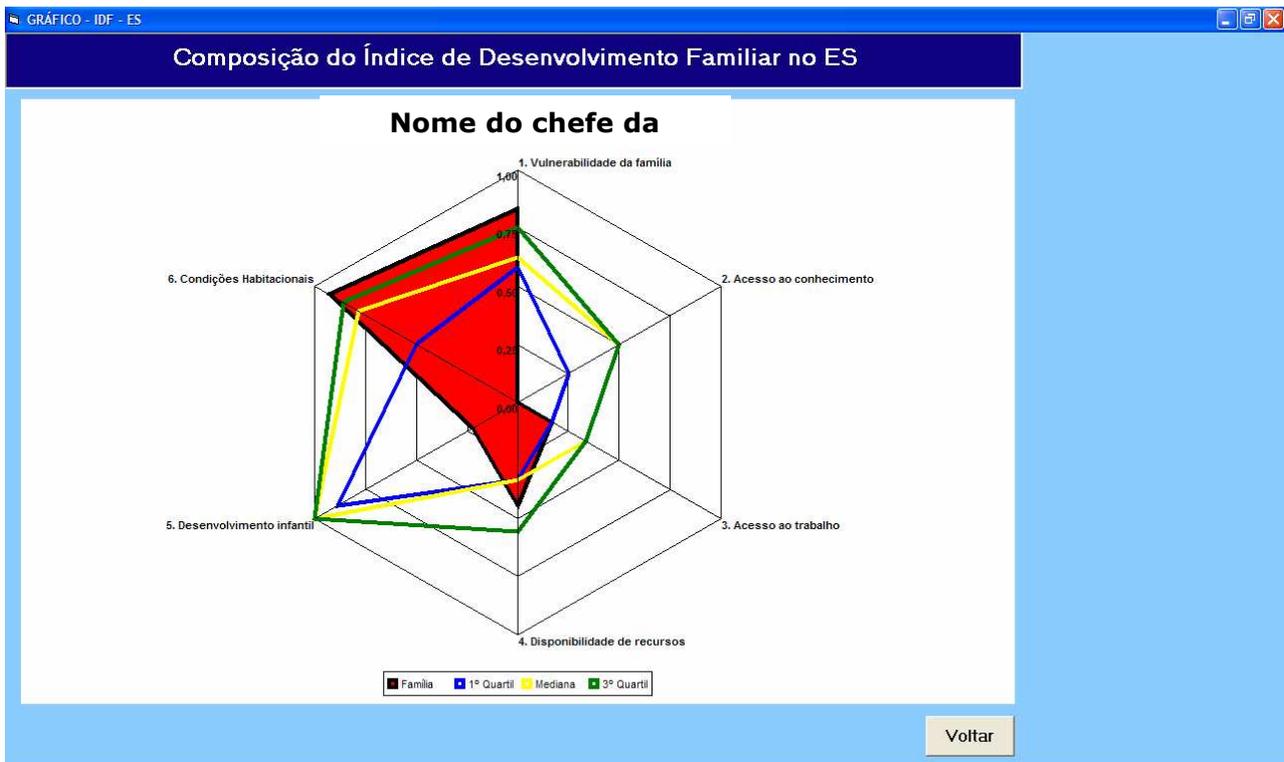
Domicílio	Nome	IDF	1. Vulnerabilidade da família	2. Acesso ao conhecimento	3. Acesso ao trabalho	4. Disponibilidade de recursos	5. Desenvolvimento infantil	6. Condições Habitacionais
2870419		0,23	0,50	0,25	0,17	0,33	0,00	0,14
8650516		0,23	0,63	0,00	0,17	0,33	0,11	0,14
8681008		0,16	0,38	0,00	0,17	0,33	0,11	0,00
3330475		0,24	0,58	0,00	0,17	0,33	0,22	0,14
8652144		0,42	0,71	0,00	0,17	0,44	0,22	1,00
8693408		0,43	0,83	0,00	0,17	0,44	0,22	0,93
8652728		0,39	0,63	0,00	0,17	0,44	0,11	1,00

Após selecionar a família e clicar em **GRÁFICO**, é possível sintetizar as informações contidas na tabela anterior para essa família específica, conforme apresentado a seguir (novamente, por motivos de sigilo, omitimos o nome do chefe da família).

Esse gráfico apresenta os valores do IDF para a família selecionada em cada uma das seis dimensões. Quanto mais próximo de 1 melhores são as condições da família com respeito àquela dimensão.

A área vermelha representa a situação da família com respeito a cada componente. Como a linha amarela representa a mediana, não apenas para esse conjunto de famílias mas para todas as famílias do cadastro no Estado, observamos que a família escolhida encontra-se acima da mediana em três dimensões: vulnerabilidade, condições habitacionais e disponibilidade de recursos. Em termos da dimensão acesso ao trabalho essa família encontra-se no primeiro quartil da distribuição, isto é, ela encontra-se na mesma situação das famílias em piores condições nessa dimensão. Por fim, com respeito ao desenvolvimento infantil e acesso ao conhecimento, apesar dessa família ter o maior IDF no subconjunto de famílias em análise, nessas duas dimensões ela é muito pior.

Assim, com base nesse gráfico é possível concluir que essa família é extremamente “não desenvolvida” em termos de acesso ao conhecimento, desenvolvimento infantil e acesso ao trabalho. Entretanto, com relação as demais dimensões das condições de vida, essa família tem uma posição privilegiada em relação as demais famílias.



Uma terceira forma de apresentar as informações para esse subconjunto de famílias é utilizar o comando **TABELA**. Com esse comando é possível gerar uma tabela para cada família. Assim, devemos posicionar o cursor sobre a família para a qual se deseja analisar as informações e, então, dar o comando para gerar a tabela.

A tabela apresentada a seguir foi gerada para a mesma família apresentada no gráfico anterior. Nessa tabela encontram-se apresentadas as seis dimensões definidas neste estudo e seus respectivos indicadores.

Cada indicador nessa tabela pode ser entendido como uma condição de desenvolvimento. Quando o indicador aparece em vermelho significa que esta família não atende essa condição de desenvolvimento; quando ele aparece em azul, significa que ela atende essa condição de desenvolvimento.

Assim, no nosso exemplo, dos 41 indicadores existentes, a família que selecionamos não satisfaz 25 destas condições. Ou seja, mesmo apresentando o maior IDF no subgrupo de famílias selecionadas, em cerca de 60% dos indicadores essa família não atende as condições básicas de desenvolvimento.

Tabela - IDF - ES

Composição do Índice de Desenvolvimento Familiar no ES

Nome do chefe da família

Nome do chefe da família	
<p>1. Vulnerabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Ausência de gestantes Ausência de mães amamentando Ausência de crianças Ausência de crianças ou adolescentes Ausência de crianças, adolescentes ou jovens Ausência de portadores de deficiência Ausência de idosos Presença de cônjuge Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa 	<p>4. Disponibilidade de recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesa familiar per capita superior a linha de extrema pobreza Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza Despesa com alimentos superior a linha de extrema pobreza Despesa familiar per capita superior a linha de pobreza Renda familiar per capita superior a linha de pobreza Maior parte da renda familiar não advém de transferências
<p>2. Acesso ao conhecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> Ausência de adultos analfabetos Ausência de adultos analfabetos funcionais Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo Presença de pelo menos um adulto com secundário completo Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior 	<p>5. Desenvolvimento infantil</p> <ul style="list-style-type: none"> Ausência de crianças de menos de 10 anos trabalhando Ausência de crianças de menos de 16 anos trabalhando Ausência de crianças de 0-6 anos fora da escola Ausência de crianças de 7-14 anos fora da escola Ausência de crianças de 7-17 anos fora da escola Ausência de crianças com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso Ausência de adolescentes de 10 a 14 anos analfabetos Ausência de jovens de 15 a 17 anos analfabetos
<p>3. Acesso ao trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados Presença de pelo menos um ocupado no setor formal Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícolas Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos 	<p>6. Condições Habitacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> Domicílio próprio Domicílio próprio, cedido ou invadido Densidade de até 2 moradores por dormitório Material de construção permanente Acesso adequado à água Espolamento sanitário adequado Lixo é coletado Acesso à eletricidade

[Voltar](#)

Em suma, é possível analisarmos as condições de vida de cada família cadastrada no Espírito Santo, identificando as dimensões onde estas necessitam de maior atenção para superar suas dificuldades.

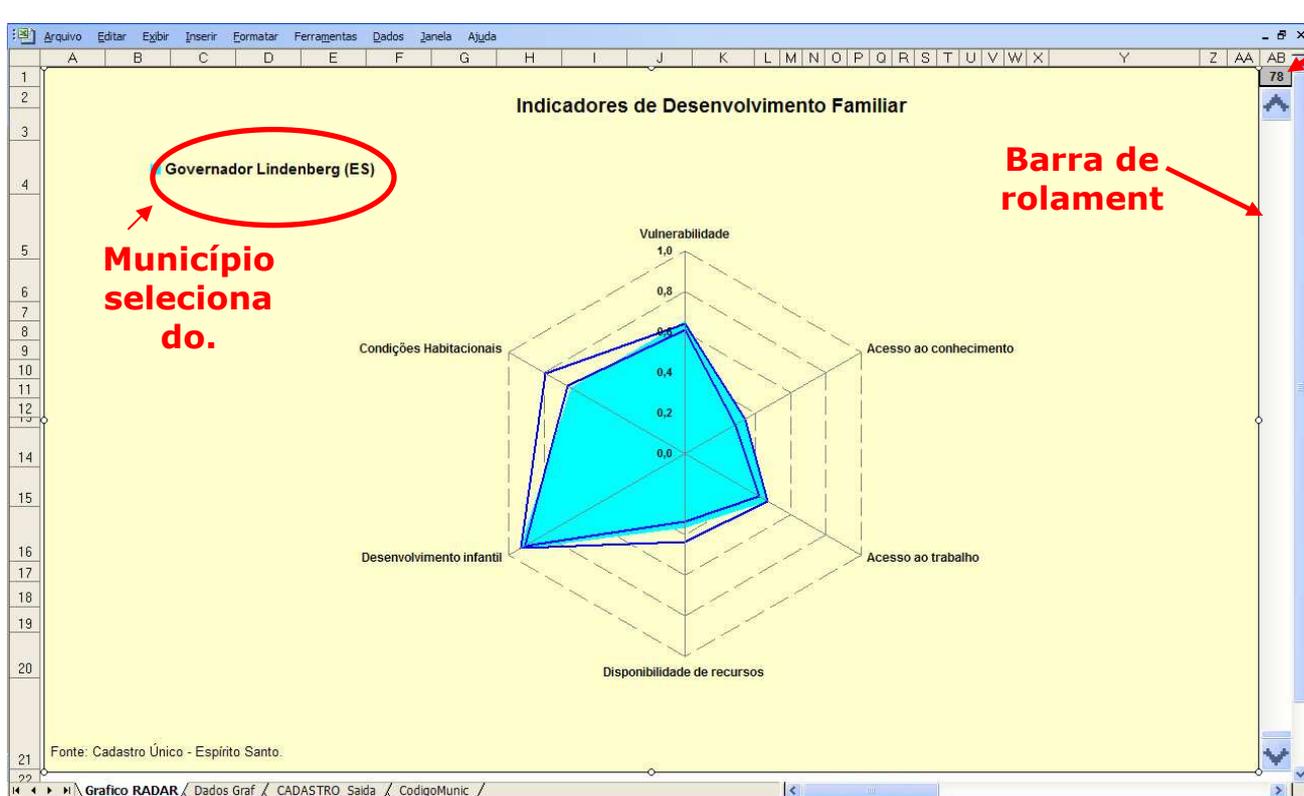
4.2. Análise das condições de vida ao nível do município

Além de uma avaliação das condições de vida de cada família, é também possível obter indicadores agregados correspondentes para cada um dos municípios do Estado, tomando-se a média aritmética destes indicadores por família.

Nesta seção buscamos ilustrar como é possível, a partir das informações do CadÚnico para o Espírito Santo, usar os indicadores construídos para fazer um diagnóstico das condições de vida para cada município do Estado. Para tanto, vamos também seguir uma seqüência arbitrária de passos, buscando ilustrar o uso do *software* construído.

Como sabemos, existem 78 municípios no Espírito Santo. Portanto, o primeiro passo consiste em selecionar o município para o qual desejamos avaliar as condições de vida.

O *software* desenvolvido pelo Ipea permite que, através de uma “barra de rolagem” situada à direita do gráfico, possamos escolher o município para o qual desejamos analisar os indicadores. Repare que o município representado no gráfico a seguir é o de número 78 (Governador Lindenberg), conforme aparece no canto direito superior do gráfico, e também à esquerda.



As linhas azuis representam o 1º e 3º quartis das distribuições das seis dimensões analisadas. Este gráfico nos apresenta a informação agregada de todas as famílias cadastradas nesse município, após tomarmos a média aritmética dos indicadores por família.

Conforme esse gráfico revela, o município de Governador Lindenberg é muito pouco desenvolvido em termos de suas condições habitacionais, o que revela que esta deve ser uma dimensão prioritária para este município.

Outra forma de analisar as informações para esse município é gerar a tabela que se segue. Esta tabela apresenta para cada uma das seis dimensões estudadas o

desempenho do município com respeito a cada um dos indicadores. O valor do IDF para o conjunto de famílias de Governador Lindenberg é apresentado ao lado de cada indicador. Além disso, para cada indicador, pintamos de azul quando o valor do IDF encontra-se acima do 3º quartil; em vermelho, quando o valor do IDF encontra-se abaixo do 1º quartil; e em amarelo, quando o valor do IDF encontra-se entre o 1º e o 3º quartis.

Índice de Desenvolvimento das Famílias			
Município		Ordem	
Governador Lindenberg (ES)		78	
Vulnerabilidade		Acesso ao trabalho	
0,97	Ausência de pelo menos uma gestante	0,32	Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados
0,90	Ausência de pelo menos uma mãe amamentando	0,12	Presença de pelo menos um ocupado no setor formal
0,52	Ausência de pelo menos uma criança	0,46	Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícolas
0,11	Ausência de pelo menos uma criança ou adolescente	0,66	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo
0,05	Ausência de pelo menos uma criança, adolescente ou jovem	0,65	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos
0,93	Ausência de pelo menos um portador de deficiência	Disponibilidade de recursos	
0,95	Ausência de pelo menos um idoso	0,56	Despesa familiar per capita superior a linha de extrema pobreza
0,75	Presença de cônjuge	0,43	Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza
0,43	Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	0,23	Despesa com alimentos superior a linha de extrema pobreza
Acesso ao conhecimento		0,13	Despesa familiar per capita superior a linha de pobreza
0,75	Ausência de pelo menos um adulto analfabeto	0,07	Renda familiar per capita superior a linha de pobreza
0,38	Ausência de pelo menos um adulto analfabeto funcional	0,90	Maior parte da renda familiar não advém de transferências
0,29	Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	Desenvolvimento infantil	
0,11	Presença de pelo menos um adulto com secundário completo	1,00	Ausência de pelo menos uma criança de menos de 10 anos trabalhando
0,00	Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	0,98	Ausência de pelo menos uma criança de menos de 16 anos trabalhando
		Condições habitacionais	
		0,62	Ausência de pelo menos uma criança de 0-6 anos fora da escola
		0,94	Ausência de pelo menos uma criança de 7-14 anos fora da escola
		0,88	Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos fora da escola
		0,90	Ausência de pelo menos uma criança com até 14 anos como mais de 2 anos de atraso
		0,99	Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
		0,99	Ausência de pelo menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto
		0,49	Domicílio próprio
		0,84	Domicílio próprio, cedido ou invadido
		0,88	Densidade de até 2 moradores por dormitório
		0,98	Material de construção permanente
		0,56	Acesso adequado a água
		0,55	Esgotamento sanitário adequado
		0,58	Lixo é coletado
		0,93	Acesso a eletricidade

Portanto, no caso de Governador Lindenberg, dos 41 indicadores com os quais estamos trabalhando, em 16 deles o município encontra-se acima do 3º quartil; em 11 deles o município encontra-se abaixo do 1º quartil, indicando que estes são os indicadores com os quais o município deve se preocupar prioritariamente; para o restante dos indicadores (14) o município apresenta uma situação intermediária.

Em suma, para uma variedade de indicadores de condições de vida é possível conhecer a situação de cada município do estado cujas famílias estão inscritas no CadÚnico, possibilitando aos governos concentrar seus esforços prioritariamente naqueles indicadores que encontram-se em situação mais precária. Dada a escassez de

recursos normalmente enfrentada pelos governos, um melhor direcionamento destes recursos deve levar a um aumento na eficácia da política social.

5. Principais conclusões

Neste trabalho buscamos demonstrar que a grande variedade de informações sobre as famílias disponíveis no CadÚnico, seu elevado grau de cobertura da população pobre do país e a possibilidade de identificá-las, leva a que este cadastro proporcione inúmeras possibilidades de uso, principalmente, na elaboração de diagnósticos das condições sociais, contribuindo para a definição e operacionalização da política social do país.

O CadÚnico conta atualmente com informações sobre cerca de 16 milhões de famílias brasileiras, e embora a utilização do CadÚnico continue centrada na seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família, existe um amplo leque de utilizações que, ou já vem sendo incipientemente adotadas, ou que poderiam vir a ser empregadas no futuro.

Conforme vimos neste estudo, essa ampla variedade de informações sobre as condições de vida destas famílias podem ser organizadas em seis dimensões: *a)* vulnerabilidade (composição demográfica das famílias, inclusive com a indicação da presença de mulheres grávidas e amamentando (nutrizes), e também sobre a presença de pessoas com necessidades especiais; *b)* acesso a conhecimento; *c)* acesso ao trabalho; *d)* disponibilidade de recursos (renda e despesa familiar *per capita* e despesas com alimentação); *e)* desenvolvimento infantil; e, *f)* condições habitacionais (acesso a serviços públicos básicos como água, saneamento e energia elétrica).

Assim, nesse estudo, além de mapear as principais possibilidades de uso do CadÚnico em função da ampla variedade de informações sobre as condições de vida das famílias pobres no país, apresentamos um conjunto de indicadores que podem ser criados com base nestas informações, e uma proposta para a agregação destes indicadores em um único índice, o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). Mais que isso, mostramos como, a partir das informações do CadÚnico, é possível não somente identificar as carências de cada família e, portanto, caracterizar a natureza de sua pobreza, mas, também, como é possível, ao nível municipal, traçar o perfil da pobreza e realizar diagnósticos buscando identificar as principais carências de cada município, possibilitando um melhor direcionamento dos recursos públicos e, conseqüentemente, aumentando a eficácia da política social.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. *A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997.
- Barros, R.; Carvalho, M.; Franco, S.; Mendonça, R. *A Importância das cotas para a focalização do Programa Bolsa Família*. Mimeo, IPEA, 2008.
- Barros, R.; Carvalho, M. *Utilizando o Cadastro Único para construir indicadores sociais*. Mimeo, IPEA, 2002.
- Barros, R.; Carvalho, M.; Dutra, R.; Franco, S.; Hartung, G. *O uso de preditores para a melhoria da qualidade das informações do Cadastro Único*. Mimeo, IPEA, 2007.
- Barros, R.; Carvalho, M.; Franco, S. *O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*. Texto para discussão, 986. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- Castañeda, T.; Lindert, K. *O desenho e a implementação dos sistemas de focalização familiar: lições da América Latina e dos Estados Unidos*, World Bank, Séries sobre Redes de Segurança Social, Abril 2005.
- Castañeda, T.; Fernandez, L. *Targeting Social Spending to the Poor with Proxy-Means Testing: Colômbia's SISBEN System*. Country Case report prepared for the World Bank, 2003.
- CIDE. Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *IQM: Índice de Qualidade dos Municípios 1998*. Rio de Janeiro, 1998.
- Cobo, B.; Sabóia, A.L. *Uma Contribuição para a Discussão sobre a Construção de Indicadores para Implementação e Acompanhamento de Políticas Públicas*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu, MG, 2006.
- De la Brière, B.; Lindert, K. *Brasil's Cadastro Único*. Country Case report prepared for the World Bank and DFID, 2003.
- De la Brière, B.; Roquete, C., et. al. *O Cadastro Único de Brasil*, Agosto 2003.
- Larrañaga, O. *Focalización de programas Sociales en Chile: el Sistema CAS*. Country Case study prepared for the World Bank, 2003.
- Lindert, K. *Implementing Means Tested Welfare Systems in the US*. Country Case Study prepared for the World Bank, 2003.
- Orozco, M.; Hubert, C. *La Focalización en el Programa de Desarrollo Humano Oportunidades de México*. Country Case Study prepared for the World Bank, 2004.
- Souto, A. *et alli. Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida*. Revista Pólis, São Paulo, n. 21, 1995.
- Viquez, R. *Sistema de Identificación de la Población Objetivo – SIPO en Costa Rica*. Country Case Study prepared for the World Bank, 2003.
- PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>
- Torres, H.; Ferreira, M. P.; Dini, N. P. *Indicadores Sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS*. São Paulo em Perspectiva, 17(3-4), 2003.
- UNDP. *Human Development Report*, New York, 1990.

Lista de Textos para Discussão da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense:

A partir do número 169 os textos estão disponíveis online (<http://www.uff.br/econ/>), no formato PDF.

TD 117	Deflação, depressão e recuperação econômica: uma abordagem keynesiana. <i>João Sicsú & Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 118	Possibilidades de análise da conjuntura mundial <i>Theotônio dos Santos</i>
TD 119	Globalização e mundialização do capital: o estágio atual do capitalismo contemporâneo nas visões de Chesnais e Minsky <i>Victor Hugo Klagsbrunn</i>
TD 120	O Mercado como Teoria da Sociedade: o radicalismo filosófico de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 121	Hayek's Social Philosophy: the evolutionary versus the evolutionist <i>célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 122	Legitimate inequalities: towards a complex-egalitarianism <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 123	Déficit Fiscal no Brasil: uma análise do seu comportamento no período Pós-Real <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 124	A Defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos <i>Angela Ganem</i>
TD 125	Eficiência, objetivo e coordenação da política macroeconômica no período 1974-79 <i>João Sicsú</i>
TD 126	A Utilização de mercados de licenças de emissão para o controle do efeito estufa e os custos de transação <i>Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez & Mário Jorge Cardoso de Mendonça</i>
TD 127	Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil <i>Carlos E. Guanzioli</i>
TD 128	Matemática e aplicações <i>Renata R.Del-Vecchio & Rosa Maria Nader D. Rodrigues</i>
TD 129	O Conceito de normalidade econômica Marshalliano e o discricionarismo monetário de Keynes <i>João Sicsú</i>
TD 130	Qual o valor do Auto-Interesse? <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 131	A Teoria da Independência do Banco Central: uma interpretação crítica <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 132	Dilema da Sociedade Salarial: realismo ou ceticismo instrumental <i>Mário Duayer</i>
TD 133	O Desemprego no Feminino <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 134	A Teoria e o Método do Espelho da História <i>Angela Ganem</i>
TD 135	A Mensuração da Independência do Banco do Brasil <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 136	Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 137	Inveja Igualitária <i>Célia de Andrade Lessa Kerstenetzky</i>
TD 138	Dedutivismo e "Teoria Econômica" <i>André Guimarães Augusto</i>

TD 139	A Economia Política da Privatização <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 140	O Trabalho Feminino no Mundo Rural <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 141	Marx, Sraffa e a "Nova" Solução para o problema da Transformação <i>Marcelo José Braga Nonnenberg</i>
TD 142	Credible Monetary Policy: A Post Keynesian Approach <i>João Sicsú</i>
TD 143	Série de Pagamentos Lineares Convergentes: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 144	Metas de Inflação: Uma análise preliminar para o caso brasileiro <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 145	Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias: Algumas observações críticas preliminares <i>João Sicsú</i>
TD 146	Regimes Monetários e a Busca da Estabilidade de Preços: O uso de metas para a taxa de câmbio, agrgados monetários e inflação <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 147	As Atividades de P&D e o Sistema Financeiro: o papel de uma Agência Especial de Seguros de empréstimos no Brasil <i>João Sicsú & Eduardo da Motta Albuquerque</i>
TD 148	Equilíbrio em Contratos Indexados: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 149	Adam Smith e a Questão Distributiva: Uma breve resenha da literatura <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 150	Restrição Externa, Padrões de Especialização e Crescimento Econômico <i>Luiz Daniel Willcox de Souza</i>
TD 151	Do Choque Heterodoxo à Moeda Indexada: concepções teóricas para se eliminar alta inflação crônica brasileira. <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 152	A Inconsistência Temporal, o Viés Inflacionário e a Tese da Independência do Banco Central <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 153	Breve História do Juro: Uma abordagem dissertativa Instrumental de Finanças <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 154	O Dinheiro e as Formas Monetárias <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 155	A Teoria da credibilidade da política monetária: desdobramento do debate regras versus discricção <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 156	Accumulation Regimes, Macroeconomic Structure and Capacity Utilization: a reconsideration of the relation between income distribution and economic growth in post keynesian models <i>José Luís Oreiro</i>
TD 157	O Seguro Desemprego é ainda uma Boa Idéia: o caso brasileiro <i>Hildete Pereira de Melo & Lena Lavinas</i>
TD 158	A teoria do Capital Humano, as Teorias da Segmentação e a Literatura Institucionalista: proposições de políticas públicas e implicações sobre a distribuição de renda <i>Leonardo M. Muls</i>
TD 159	Bolhas Racionais, Ciclo de Preços de Ativos e Racionalidade Limitada: uma avaliação crítica dos modelos neoclássicos de bolhas especulativas <i>José Luís Oreiro</i>

TD 160	A Independência do Banco Central e Coordenação de Políticas <i>Hélder Ferreira de Mendonça</i>
TD 161	O Federalismo Norte-Americano: a “Era Reagan” e suas consequências <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 162	Moeda Única: teoria e reflexão para o caso do Mercosul <i>Helder Ferreira de Mendonça & Anabel da Silva</i>
TD 163	Plano Real: da âncora monetária à âncora cambial <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 164	Micronegócios Urbanos Numa Perspectiva de Gênero <i>Hildete Pereira de Melo & Alberto Di Sabbato</i>
TD 165	Acumulação de Capital, Utilização da Capacidade Produtiva e Inflação: Uma análise a partir de um modelo pós-keynesiano não-linear <i>José Luís Oreiro & Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 166	Testing for Adverse Selection in the Brazilian Health Plan Market <i>Alexey T.S. Wanick & Marcelo Resende</i>
TD 167	Teoria fiscal da determinação do nível de preços: uma resenha <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 168	Faculdade da Economia da UFF – 60 anos de história <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 169	Linha de pobreza: um olhar feminino <i>Hildete Pereira de Mello</i>
TD 170	Interactive Individualism: an essay on Hayek's methodological individualism <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 171	Globalização tecnológica das EMN: efeitos sobre a especialização e convergência de países catch-up na América Latina <i>Ana Urraca Ruiz</i>
TD 172	O PROER no centro de reestruturação bancária brasileira dos anos noventa <i>Carlos Augusto Vidotto</i>
TD 173	Metodologia para a recuperação do PIB trimestral utilizando modelos univariados e multivariados em espaço de estado com valores omissos, benchmarking, variáveis explicativas e heterocedasticidade <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 174	Estoque e Produtividade de Capital Fixo - Brasil, 1940-2004 <i>Lucilene Morandi</i>
TD 175	Desigualdade intra-grupos educacionais e crescimento: um tema emergente <i>Ana Czeresnia Costa e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 176	Intra-industry trade with emergent countries: What we can learn from Spanish data? <i>Juliette M. Baleix e Ana I. Moro-Egido</i>
TD 177	Os afazeres domésticos contam <i>Hildete Pereira de Melo, Claudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabatto</i>
TD 178	Uma breve história da defesa da concorrência <i>Claudio Monteiro Considera</i>
TD 179	Em Direção as Metas de Desenvolvimento do Milênio: uma análise regional <i>Rosane Mendonça</i>
TD 180	Políticas Sociais: focalização ou universalização? <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 181	A Importância de Evidências Econômicas para a Investigação de Cartéis - A Experiência Brasileira <i>Claudio Monteiro Considera e Gustavo F. de Seixas Duarte</i>
TD 182	Federalismo Fiscal – Experiências Distintas: Estados Unidos e Brasil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 183	Uma avaliação dos custos e benefícios da educação pré-escolar no Brasil <i>Ricardo Barros e Rosane Mendonça</i>

TD 184	Progresso e pobreza na Economia Política Clássica <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 185	Padrões de consumo, energia e meio ambiente <i>Claude Cohen</i>
TD 186	Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 187	The Monetary Transmission Mechanism in Brazil: Evidence from a VAR Analysis <i>Viviane Luporini</i>
TD 188	Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 189	Conceitos de sustentabilidade fiscal <i>Viviane Luporini</i>
TD 190	Regulation school and contemporary heterodoxies <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 191	Micro and macro relations in a monetary production economy <i>Carmem Feijó</i>
TD 192	Education and equality: a post-Rawlsian note <i>Celia Lessa Kesrtenetsky</i>
TD 193	Potential growth and structural changes: An analysis of the European case <i>Mario Amendola, Bernhard Böhm, Jean-Luc Gaffard, Lionel Nesta, Lionello F. Punzo, Francesco Saraceno</i>
TD 194	Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira <i>Ricardo Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 195	Fiscal federalism as a political instrument – distinct experiences: United States of America and Brazil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 196	Atividade Monetária entre 1964 e o Início de 1986 <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 197	Expectativas, Déficit, Senhoriagem e Inflação <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 198	La inversión directa de España en Brasil y América Latina <i>Ángeles Sánchez Díez</i>
TD 199	Exogeneity of Money Supply in Brazil from 1966 to 1985: Full Version <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 200	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 201	Demanda por Moeda, Senhoriagem e Megainflação. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 202	Metodologia para a periodização endógena da taxa de inflação no Brasil e aproximação de seus modelos ARIMA, 1960 a 2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 203	La libertà di scelta nella sfera produttiva: l'impresa capitalistica e l'impresa autogestita. <i>Ernesto Screpanti</i>
TD 204	Notas Sobre a Produtividade Industrial <i>Carmem Aparecida Feijó e Paulo Gonzaga M. de Carvalho</i>
TD 205	Influência dos Processos Interativos no Desempenho Inovativo de Empresas Inseridas em Aglomerações Produtivas Intensivas em Conhecimento <i>Fabio Stallivieri, Marcelo Matos e Gustavo José Guimarães e Souza</i>
TD 206	Da Estruturação ao Equilíbrio Fiscal: uma análise das finanças públicas estaduais no governo FHC <i>Ana Paula Mawad e Viviane Luporini</i>
TD 207	Desenvolvimento Financeiro e Desigualdade de Renda: evidências para o caso brasileiro <i>Camille Bendahan Bemerguy e Viviane Luporini</i>

TD 208	Instabilidade Internacional e Hegemonia: notas sobre a evolução do Sistema Monetário Internacional <i>Mario Rubens de Mello Neto e Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 209	Apontamentos para uma Teoria da Corrupção: uma visão a partir da Sociologia Econômica <i>Ralph Miguel Zerkowski</i>
TD 210	Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico <i>Carolina Miranda Cavalcante</i>
TD 211	Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório <i>Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina Novaes Marques</i>
TD 212	Conteúdo de trabalho feminino no comércio exterior brasileiro <i>Marta dos Reis Castilho</i>
TD 213	Regulação ou Cooptação? A Ação do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) através das Câmaras Setoriais e Temáticas da Agricultura entre 2002 e 2006 <i>Carlos E. Guanzioli, Marco B. Ortega e Carlos Américo Basco</i>
TD 214	Reputação e Transparência da Autoridade Monetária e Comportamento da Firma Bancária <i>Gabriel Caldas Montes</i>
TD 215	Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? <i>Hildete Pereira de Melo e Marta dos Reis Castilho</i>
TD 216	Metodologia de estimação do PIB trimestral utilizando procedimentos de cointegração e filtros de Kalman <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 217	An Approach for Testing Money Supply Exogeneity in Brazil Mixing Kalman Filter and Cointegration Procedures <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 218	Avaliação do Impacto da Alfabetização de Adultos sobre o Desenvolvimento Humano: Uma análise com dados secundários <i>João Pedro Azevedo, Gabriel Ulyssea, Rosane Mendonça e Samuel Franco</i>
TD 219	Impacto da Discriminação e segmentação do mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 220	A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 221	Efeitos da saúde na idade de entrada à escola <i>Danielle Carusi Machado</i>
TD 222	O papel do instituto da patente no desempenho da indústria farmacêutica <i>Samuel de Abreu Pessôa, Claudio Monteiro Considera e Mário Ramos Ribeiro</i>
TD 223	Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro <i>Larissa Santos e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 224	Confusões em torno da noção de público: o caso da educação superior (provida por quem, para quem?) <i>Ricardo Barros et al.</i>
TD 225	Gastos públicos: investimentos em infra-estrutura no período pós-privatização <i>Artur Faria dos Reis</i>
TD 226	Legislação trabalhista agrícola e pobreza no Brasil: uma abordagem de custos de transação <i>Gervásio Castro de Rezende e Ana Cecília Kreter</i>
TD 227	Estimation of Brazilian Quartely GDP with cointegration methods and benchmarking processes by state space model <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>

TD 228	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005 - uma sinopse <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 229	Moeda, Inércia, Conflito, o Fisco e a Inflação: Teoria e Retórica dos Economistas da PUC-RJ <i>Carlos Pinkusfeld Bastos e Mario Rubens de Mello Neto</i>
TD 230	Economia Popular, Desenvolvimento Local e Cooperação: o caso da ENDA Brasil. <i>Hildete Pereira de Melo e Sônia Maria de Carvalho</i>
TD 231	A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE. <i>Hildete Pereira de Melo e Leonardo Siqueira Vasconcelos</i>
TD 232	A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC <i>Ana Claudia Caputo e Hildete Pereira de Melo</i>
TD 233	Desenvolvimento Territorial rural no Brasil: uma polêmica <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 234	Parametric Bootstrap for Unit Root Testing - Brazilian Evidence <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 235	Um Aspecto da Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais <i>Danielle Carusi Machado e Ana Flávia Machado</i>
TD 236	Atributos escolares e o desempenho dos estudantes: uma análise em painel dos dados do SAEB <i>Roberta Loboda Biondi e Fabiana de Felício</i>
TD 237	Comportamento do mark up na indústria brasileira nos anos 1990: evidências empíricas <i>Carmem Aparecida Feijó e Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 238	A importância das cotas para a focalização do Programa Bolsa Família. <i>Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 239	Sustainable tourism: basic income for poor communities. <i>Celia Lessa Kerstenetzky e Lionello F. Punzo</i>
TD 240	Development and Redistribution: The Case of the Bolsa Familia Program in Brazil. <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 241	Ajustamento nos Mercados de Fatores, Raiz Unitária e Histerese na Economia Americana <i>Julia de Medeiros Braga</i>
TD 242	Microcrédito: por que os bancos privados não bancam? <i>Vinícius Pimentel e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 243	O Impacto da Renda Domiciliar Per Capita sobre a Saúde Infantil no Brasil <i>Maurício Reis e Anna Crespo</i>
TD 244	Sobre as utilidades do Cadastro Único <i>Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Rosane Mendonça</i>

